



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AW

Nº 70022656953  
2007/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70022656953

COMARCA DE PORTO ALEGRE

EXMO SR PROCURADOR-GERAL  
DE JUSTICA DO EST DO RIO  
GRANDE DO SUL

PROPONENTE

MUNICIPIO DE BOSSOROCA

REQUERIDO

CAMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE BOSSOROCA

REQUERIDO

EXMO SR PROCURADOR GERAL  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL

INTERESSADO

## DECISÃO

Vistos.

Reconsidero a decisão liminar que suspendeu os efeitos das Leis em questão. Isto porque na última sessão do órgão especial, houve mudança na orientação daquele colegiado relativamente à matéria, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70021127386, do Município de Nonoai, da qual fui Relator.

Melhor analisando a matéria, verifico que no caso, as leis inquinadas de inconstitucional, que autorizam a contratação de agentes comunitários da saúde e agentes de combates às endemias (PACS), no Município, preenchem os pressupostos da (1) determinação temporal, pois tem prazo determinado de 12 meses; (2) a temporariedade da função, que se esgota com o exaurimento da atribuição; e (3) a excepcionalidade do interesse público, pois obrigatório o recrutamento, consistente em combater problemas de endemias, como a dengue e outras.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AW

Nº 70022656953  
2007/CÍVEL

Pois tais razões torno sem efeito a liminar concedida.

Intime-se.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2008.

**DES. ARNO WERLANG,**  
**Relator.**